

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois,
4 às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: André Martins Biancarelli, Cláudio José
8 Servato, José Alexandre Diniz, Marisa Masumi Beppu, Rodrigo Ramos Catharino e Verónica
9 Andrea González-López. Como convidada, compareceu a professora Elaine Cristina de Ataíde.
10 Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quinquagésima Terceira
11 Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida.
12 Submete à apreciação as Atas da 152ª Sessão Ordinária e 2ª Sessão Extraordinária, consultando
13 se há observações. Não havendo, submete à votação as referidas Atas, que são aprovadas com
14 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens, e inicia a discussão do item 01 – 01-D-
15 35411/2021 –, que trata da segunda revisão do orçamento 2022. A segunda revisão
16 orçamentária segue a mudança na previsão de receita a partir da sinalização da Secretaria de
17 Fazenda. Relembra que a base para a proposta de distribuição orçamentária, que foi mantida na
18 primeira revisão, era a arrecadação para o estado de R\$142,9 bilhões, agora revista para
19 R\$152,2 bilhões. Isso aponta um incremento de 6,5% nas receitas previstas, que podem
20 considerar relativamente conservadoras, no sentido de que se considerarem o total arrecadado
21 de janeiro a junho em relação à proposta inicial, verificam um crescimento nominal da ordem
22 de 12%. Mas essa foi a sinalização da Secretaria e são esses números que adotarão nesta revisão.
23 Com isso, os valores por parte do recurso do Tesouro, que eram da ordem de R\$3,137 bilhões,
24 saltariam para R\$3,341 bilhões. Também fizeram uma revisão dos recursos da receita própria,
25 sobretudo por conta da aplicação financeira saindo na segunda revisão de R\$175,6 milhões para
26 R\$201,1 milhões. Essas seriam as principais mudanças em termos da receita. Com isso, estão
27 revendo a previsão do saldo no exercício 2022, que antes estava de R\$43,8 milhões, para
28 R\$258,6 milhões. Se considerarem aqui as despesas já aprovadas em exercícios anteriores, mas
29 que ainda não foram empenhadas, executadas, estão falando aqui de um superávit de R\$68,2
30 milhões previstos para 2022, contra o que era menos R\$152 milhões na revisão anterior. Em
31 relação ao saldo financeiro, possuem uma reserva de segurança, além dos recursos já também
32 provisionados para os investimentos na moradia estudantil e também do qual saem o
33 financiamento para o PPI, o Plano Plurianual de Investimentos, da ordem de R\$1,597 milhão,
34 incluída aí também a quarta diretriz, que são os recursos já aprovados, embora ainda não
35 empenhados e executados. Estão todos aqui compondo essa reserva. Informa que, como foi
36 prometido na COP, mais no final do ano trarão também todo o balanço, não apenas do
37 orçamento, mas também do PPI e das reservas como um todo. Passa a palavra ao senhor Thiago,
38 para ele detalhar um pouco mais esta segunda revisão orçamentária, e depois abrem para as
39 discussões. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a segunda revisão orçamentária,
40 como o professor Fernando já adiantou, apresenta um superávit de R\$258,599 milhões,

1 considerando todas as despesas aprovadas no exercício de 2022. Com isso, estão com 97,84%
2 das receitas do Tesouro do Estado, e quando trazem de volta aquele valor que foi aprovado em
3 anos anteriores, continuam com o superávit de R\$68,2 milhões. Diferentemente da primeira
4 revisão, em que entravam no uso das reservas estratégicas, aqui estão fazendo um superávit. A
5 principal mudança desta revisão é o acréscimo de receita de 10,3%, um valor de
6 aproximadamente R\$332 milhões, o que faz as receitas de 2022 atingirem um valor de R\$3,5
7 bilhões. A principal mudança acontece no ICMS, a Secretaria da Fazenda já reviu esse número,
8 e é importante dizer que apesar de desde a primeira revisão vir aparecendo que a arrecadação
9 acontece muito acima do previsto, somente agora a Secretaria da Fazenda informou o número
10 e já estão trabalhando nos procedimentos de efetuar o ajuste orçamentário na Universidade.
11 Então muito em breve, acredita que no começo de setembro, já deva estar saindo o acerto das
12 dotações dentro de todo o sistema do estado. A receita do estado era R\$142,8 bilhões e agora
13 está em R\$152,2 bilhões. Isso faz com que a arrecadação de Tesouro do Estado aumente por
14 volta de R\$200 milhões para a Universidade, então muito desse impacto no superávit vem dessa
15 arrecadação. Mas, como o professor Fernando já disse, entendem que está até um pouco
16 conservadora. O Gráfico 1 apresenta, na linha preta mais cheia, o que veio arrecadando até
17 julho; a linha em verde são os valores previstos para atingirem o valor de R\$152 bilhões, e nela
18 é possível ver claramente que, em valores nominais, o que vem acontecendo de arrecadação
19 está muito superior ao que está sendo estimado nas previsões. De agosto a dezembro, a média
20 desses valores arrecadados é exatamente a arrecadação de julho; entendem, é claro, que nesse
21 período, em agosto principalmente, vai haver o impacto total das reduções de ICMS, então essa
22 curva tende a vir mais próxima dessas previsões. Como em junho já houve impacto dessa
23 redução e não teve uma queda tão forte, acreditam que essa queda não vai ser tão forte em
24 agosto e, após essa redução, segue a mesma tendência de crescimento do ano, como foi nos
25 anos anteriores. Entendem que aí talvez exista espaço para a arrecadação se realizar acima do
26 previsto. Como o professor Fernando já antecipou, no primeiro semestre, frente à previsão da
27 proposta, houve um crescimento de 12% em valores nominais. E isso cai para um crescimento,
28 usando os dados da Fazenda, os R\$152 bilhões, para um crescimento de 1,8%. Portanto, a queda
29 do ICMS que imaginavam deve ser menor do que esses 10% de crescimento que está
30 aparecendo aqui. Quando saem dos valores nominais para os valores reais, observam que o final
31 do ano, em valores reais, está praticamente o mesmo do ano anterior, não há grande flutuação
32 nesse valor. No primeiro semestre arrecadaram mais, mas podem ver em valores reais que o
33 crescimento vai ser praticamente zero: tiveram um crescimento de valor real de 5% em média,
34 no primeiro semestre, mas vão perder esses 5% durante o segundo semestre, chegando
35 praticamente a zero. O gráfico mostra, nas duas linhas azuis, a mais clara de 2021 e a mais
36 escura de 2022, o impacto inicial estimado da mudança da legislação do ICMS, pela Secretaria
37 da Fazenda. Essa foi a primeira alteração sobre o ICMS. Uma novidade é que o Hospital de
38 Clínicas da Unicamp foi acionado pela Secretaria Estadual de Saúde para abertura de 10 leitos
39 de UTI pediátrica pelo período de três meses. Normalmente, quando ocorrem essas aberturas,
40 principalmente no que se refere à Covid, isso vem por recursos do SUS. Desta vez,

1 excepcionalmente, pela primeira vez nos últimos 10 anos, conseguiram receber mais recursos
2 oriundos do Tesouro do Estado. Era o Tesouro do Estado da Secretaria da Saúde, e foram
3 transferidas as dotações para execução aqui na Unicamp. Estão indicando R\$2 milhões, e sabem
4 que o Hospital já está trabalhando em novos aportes financeiros; não sabem exatamente em
5 quanto isso vai se realizar, mas já existe uma previsão de que esse número venha a ser
6 aumentado no fechamento orçamentário. Essa é uma das ações dos hospitais para trazer mais
7 recursos à Universidade, apesar de que aumentam as despesas também, mas conseguem, com
8 um pequeno superávit, ir cobrindo as despesas que já possuem. Apesar de serem recursos do
9 Tesouro do Estado, não estão entrando nos cálculos de ICMS por entenderem que é extra quota-
10 parte e não faz parte do orçamento, de fato, da Universidade. A receita própria da Universidade,
11 na primeira revisão, sofreu impacto por causa dos aumentos principalmente da taxa de juros
12 frente ao que estava na proposta, e agora fazem um acerto, uma vez que essa taxa de juros
13 continua a aumentar. Estão fazendo um aumento de R\$24 milhões no item de aplicações
14 financeiras que leva ao crescimento de toda a receita própria, subindo para R\$201 milhões, com
15 aporte no exercício de R\$130 milhões. Além da taxa de juros, a quantidade de recursos
16 aplicados que estão no saldo financeiro da Universidade é o que vem dando um aporte
17 financeiro. Entrando nas despesas, informa que ela aumentou em 8,22%, R\$263 milhões
18 aproximadamente, mas frente à primeira revisão esse aumento é pouco expressivo, de cerca de
19 R\$40 milhões, uma vez que grande parte do aumento da primeira revisão foi pelo reajuste
20 salarial da Universidade. No Grupo I – Pessoal, houve uma redução atribuída ao fato de que,
21 neste momento, há menos pessoas na Universidade do que havia na primeira revisão
22 orçamentária, pois o fluxo de contratação não aconteceu na medida em que estava sendo
23 estimado, foi um pouco reduzido até pelas dificuldades de concursos, às vezes a pessoa é
24 convocada e não aparece. O que há de aporte aqui, diferente da primeira revisão orçamentária,
25 é o pagamento de horas extras para o Cecom; isso foi aprovado pela COP, no valor de R\$200
26 mil, aproximadamente, mas se realizou R\$307 mil, pois houve a necessidade de um mês a mais.
27 Além disso, o Cecom gastou cerca de R\$21 mil para abertura aos sábados, trabalhando em
28 sistema de plantões. Estão fazendo o aporte, mas observa que são recursos do Programa de
29 Retomada da Universidade. Além disso, trazem a atualização da cobertura do déficit de horas
30 extras para os hospitais, pelo período de seis meses, tendo sido três meses apresentados na
31 primeira revisão, e agora trazem os outros três meses em um valor de R\$5,3 milhões,
32 aproximadamente, que está sendo incluído no Grupo I – Pessoal nesta segunda revisão
33 orçamentária. O Grupo II – Sentenças Judiciais normalmente nunca muda, mas ele está
34 sofrendo um aumento que não é de aumento das sentenças, mas sim uma alteração na
35 metodologia. No início de 2022, com a aprovação das mudanças nos precatórios, surgiram os
36 precatórios prioritários, que podem ser integralmente ou parcialmente prioritários, e essa parte
37 prioritária deve ser paga antes de qualquer outro precatório da Universidade. Estão estimados
38 R\$11,5 milhões de precatórios e sentenças de pequeno valor para 2022, mas até o pagamento
39 dessas sentenças, qualquer precatório que chegar para ser pago em 2023, 2024, terão uma parte
40 de prioritários e essas partes necessariamente precisaram ser antes pagas anteriormente aos

1 precatórios de 2022. Dessa forma, estão aumentando uma previsão de R\$1,6 milhão para
2 pagamento dessas sentenças. Fazem um aporte maior em 2022, mas na verdade estão fazendo
3 uma antecipação das sentenças de 2023 e 2024. O Grupo III – Despesas de utilidade pública
4 apresentou na primeira revisão um crescimento devido à aplicação dos reajustes. Como a
5 Universidade ainda estava voltando às atividades presenciais, nos primeiros três meses não
6 conseguiram ver muitas mudanças significativas em consumo, pois ainda estavam em um
7 período de isolamento, sem aulas presenciais. O que trazem nesta segunda revisão é uma
8 redução devido a uma significativa diminuição no consumo de água, principalmente no *campus*
9 de Campinas e no Cotuca. Energia elétrica se mantém dentro das previsões da primeira revisão.
10 No Grupo IV – Restaurantes e transportes, em relação aos restaurantes estão mantendo
11 praticamente o que estava sendo previsto para o exercício. Estão prevendo para o segundo
12 semestre com base nas despesas do primeiro semestre, não estão fazendo nenhuma mudança
13 inclusive em razão de todas as incertezas existentes no momento. Em transportes, há um
14 aumento significativo: as despesas estimadas na primeira revisão foram de R\$17,2 milhões,
15 mas estão imaginando que os valores mais reais sejam R\$5 milhões acima, portanto estão
16 subindo essa previsão para R\$22,7 milhões, com base nos valores que estão recebendo nas
17 novas licitações das linhas de fretado, que são valores-base extremamente acima dos que são
18 pagos hoje. No final da licitação, percebem que esses valores se reduzem, mas se reduzem no
19 valor muito acima da inflação, então acham que esses R\$5 milhões acabam dando tranquilidade
20 para essas despesas de transporte e, provavelmente, no final do exercício acabem ficando até
21 abaixo. Mas acharam melhor já colocar o valor total até para indicar qual deve ser o impacto
22 disso no futuro e nos próximos anos. As próximas despesas, Grupo V – Despesas contratuais,
23 têm aumento apenas pelos reajustes previstos em contratos, não há mudança significativa de
24 escopo de contrato. No Grupo VI – Programas de apoio há manutenção dos valores, mas é claro
25 que existe aquela transferência entre os grupos de despesa; aqui estão fazendo uma inclusão de
26 R\$750 mil nas despesas de manutenção de infraestrutura da prefeitura. Vinham colocando os
27 valores executados nos anos anteriores, mas perceberam que no primeiro semestre essa
28 infraestrutura foi muito demandada e acabou gastando muito mais do que o previsto. Portanto,
29 estão colocando R\$750 mil até para alguns contratos que estão vencendo e sendo renovados
30 neste segundo semestre. No Grupo VII – Manutenção de atividades, o aumento é fruto da
31 transferência de recursos entre os diversos grupos de despesa, não há nenhum aumento efetivo
32 em nenhuma unidade. Já no Grupo VIII – Projetos especiais trazem algumas novidades nesta
33 segunda revisão. Na primeira revisão já apresentaram a queda de R\$326 milhões para R\$163
34 milhões, devido à saída dos recursos da reserva de contingência para pagamento do aumento
35 salarial, então esses recursos vão para o Grupo I. O que trazem de novidade aqui é a proposta
36 de uma suplementação de R\$10 milhões de recursos no PATC e nos equipamentos para toda a
37 Universidade. O Citic fez um trabalho com todas as unidades e órgãos, incluindo compra de
38 computadores, *notebooks*, projetores, pontos de Wi-Fi, e em algumas unidades entra até uma
39 parte de infraestrutura. Inicialmente haviam colocado recursos somente para computadores e
40 *notebook*, imaginando aquela troca em 1/5 das máquinas disponíveis nos setores

1 administrativos. No entanto, o Citic fez um trabalho mais apurado e conseguem agora aumentar
2 a resolução do problema dos equipamentos antigos da Universidade. Lembra que esses recursos
3 do PATC para equipamentos não existiram durante toda a crise, ele foi um dos primeiros itens
4 a serem cortados e, agora, precisam de uma demanda um pouco maior até pela mudança da
5 Universidade, dessa virtualização, reuniões *on-line* entre todos. Além disso, há uma
6 suplementação de R\$7 milhões, que entra no programa da Depi, somando aos R\$20 milhões
7 que já possuem. Estão citando esse número porque foi feita a licitação do Paviartes, em 2021,
8 mas o contrato com a empresa foi encerrado. Do que havia sido previsto inicialmente, voltou o
9 valor de R\$7,6 milhões para os saldos da Depi, mas quando esta foi fazer a nova verificação de
10 valores, a obra já estava orçada em quase R\$15 milhões. Estão trazendo esse suporte de R\$7
11 milhões, pois é uma demanda que já havia sido realizada pela Depi, passado pelas priorizações,
12 e agora como ela volta em um valor maior, para ela continuar sendo atendida ia atrapalhar um
13 pouco as priorizações da Depi, por isso estão suplementando R\$7 milhões em obras para esse
14 fim. Continuando em Projetos Especiais, informa que no primeiro semestre foi aprovada na
15 COP uma suplementação de R\$16,5 milhões para o HC. Tinham uma previsão inicial de R\$40
16 milhões de déficit no Hospital, e quando trouxeram esse assunto para a COP, com recursos para
17 os próximos três meses, a COP questionou por que não incluíam o valor total. Até pensando
18 nesse questionamento, já trazem na segunda revisão orçamentária os valores de suplementação
19 para os meses de setembro e outubro, entendendo esse pedido de já incluir essa dotação para os
20 hospitais. Porém, não incluíram tudo, para dar oportunidade para o Hospital, no final de
21 outubro, apresentar uma nova previsão mais realista e todas as mudanças que aconteceram nesse
22 período. Dessa forma, podem ter uma visão mais atualizada no fim do ano e a COP pensar
23 melhor o que vai propor para o Hospital em 2023. Então, antecipam a liberação de recursos
24 para setembro a outubro e, no final de outubro, o HC vem para fazer uma explicação maior dos
25 fechamentos e os valores que eles conseguiram arrecadar. Além disso, apresentam os R\$2
26 milhões de suplementação para atender às despesas com a ampliação da UTI pediátrica, para a
27 qual receberam o recurso adicional, e os R\$4,6 milhões destinados à contratação do serviço de
28 consultoria para o Hospital de Clínicas. Esses R\$4,6 milhões já estavam dentro do Grupo X,
29 mas como ele está sendo executado, trazem isso para o Grupo VIII para a realização
30 orçamentária de fato. Seguindo nas despesas, as receitas próprias apenas uma acomodação das
31 previsões com leve aumento até do que foi doado das arrecadações. O Grupo X – Créditos a
32 conceder/não empenhados apresenta uma queda de R\$5 milhões, principalmente considerando
33 a consultoria do HC, já que esse valor sai do Grupo X e entra no Grupo VIII. Mostra um quadro
34 que apresenta quais foram as mudanças significativas desde a proposta orçamentária: houve um
35 aumento de R\$332 milhões de receita, enquanto as despesas, já incluindo o reajuste salarial,
36 tiveram um aumento de R\$264 milhões, deixando o exercício de 2022 com um superávit de
37 R\$68,2 milhões. Considerando apenas os recursos do Tesouro Estado, verificam que as
38 despesas superam em 4,04% os recursos do Tesouro do Estado de 2022. Mas quando
39 consideram também a receita própria, verificam que o total de despesas fica em 98% de todas
40 as receitas de 2022. Em seguida, informa que a reserva financeira na posição de 31.07 tem um

1 saldo de R\$1,567 bilhão. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que no Conselho
2 Universitário de dezembro de 2021 foi aprovado orçamento no valor de R\$3,1 bilhões para
3 vigência em 2022. Sobre a suplementação, vai votar favoravelmente. Na primeira revisão
4 orçamentária, realizada em março, a COP manteve o mesmo valor de R\$3,1 bilhões. A segunda
5 revisão está sendo realizada hoje e estão sendo incrementados no orçamento da Unicamp R\$200
6 milhões, resultando em um total de R\$3,3 bilhões. Para a progressão Paepe em 2022, foi
7 aprovada a utilização de, no máximo, 0,8% do orçamento, com base no orçamento de R\$3,1
8 bilhões, mas com a ampliação do orçamento em R\$200 milhões, solicita que esse valor seja
9 acrescido na progressão em 2022. É importante salientar que na progressão 2022 houve 1.632
10 pedidos deferidos e que não foram contemplados. Tem ciência de que não podem mudar o
11 processo, conforme explicitado anteriormente, mas com o acréscimo de R\$200 milhões no
12 orçamento é justo e prudente que a diferença de R\$1,6 milhão seja aplicada no processo e, com
13 isso, haverá mais contemplados. A Professora MARISA MASUMI BEPPU pergunta se apesar
14 da redução pontual do ICMS na questão da gasolina, que foi muito comentada, o impacto não
15 é algo que possa preocupá-los. O professor Fernando chegou a dizer que se estimava o tamanho
16 de uma folha, portanto, se não fosse isso, talvez tivessem mais superávit ainda. Pergunta se isso
17 se confirma. A segunda colocação é reiterar aquela preocupação de que deveriam, em um
18 momento bom, saudável do orçamento da Universidade, pensar também em uma forma mais
19 estrutural da questão da carreira docente para manter a atratividade como instituição que deseja
20 ser perene e continuar encabeçando boa parte da educação, ciência e tecnologia no país. Então
21 acha que é extremamente importante colocar isso de alguma forma na agenda. O SENHOR
22 PRESIDENTE diz, respondendo à professora Marisa, que desde a COP anterior, e várias vezes
23 também se manifestou sobre isso na CAD e no Consu, mencionou que o impacto da redução
24 das alíquotas é significativo. Imaginaram, no primeiro cálculo, que se prevalecesse a proposta
25 do governo federal de redução, não apenas do combustível, mas da energia elétrica e dos
26 serviços de telecomunicações, isso impactaria aproximadamente uma folha de pagamento da
27 Universidade, algo em torno de R\$220 milhões. Entretanto, embora a Secretaria da Fazenda
28 não sinalizasse ainda, observavam, pelo acompanhamento do efetivamente arrecadado de
29 janeiro até julho, um crescimento da ordem, como mostraram hoje, se fosse até junho, de 12%
30 nominais, e se fosse até julho até um pouco maior. Então, a verdade é que sobre a previsão
31 orçamentária inicial, com a qual fizeram a PDO, para o final do ano teria a possibilidade, já
32 com a revisão das alíquotas, de uma taxa de crescimento da ordem de 10%. Na parte que cabe
33 às universidades, teriam um acréscimo sobre a previsão original de 10%, com uma redução
34 provocada pelas alíquotas. Na verdade, a previsão total era até maior em termos nominais, em
35 torno de 15%, que já está sendo revista para o crescimento total do período de 10%. Portanto,
36 ganham pelo crescimento da arrecadação, ainda que seja de forma nominal, e esse ganho é
37 superior à perda do ponto de vista das alíquotas. Então, sim, é um impacto significativo, tanto
38 é que uma revisão de 15% para 10% é bastante significativa. O que também os preocupa são
39 dados do relatório Focus, do Banco Central, de que possuem ainda uma previsão bastante
40 elevada da inflação para 2022, no dia de hoje em torno de 7% para fechar o ano, com uma taxa

1 de crescimento, também revista, um pouco acima de 2%, mas tudo isso refletindo em uma queda
2 em 2023. A inflação para 2023 está prevista em torno de 5,33% e um crescimento pífio de
3 0,40%. Portanto, grande parte dessa arrecadação é muito nominal, e parece que essa tendência
4 permanece em 2023, que esse crescimento se dará muito mais do ponto de vista inflacionário
5 do que do ponto de vista real. A taxa de crescimento realmente está abaixo, e não é diferente da
6 previsão do PIB para São Paulo, que é feita pela Fundação Seade. A previsão para 2023 é
7 inferior a 0,5% para o Estado de São Paulo, que seria, talvez, uma aproximação melhor para o
8 ICMS. Então, causa uma preocupação, tanto que o informe da Aeplan chama a atenção para
9 isso, de manter um monitoramento o tempo inteiro da arrecadação. Os efeitos do ICMS
10 provavelmente já serão mais sentidos agora na arrecadação de agosto, setembro e outubro,
11 foram muito menos até julho, que foi apenas o primeiro mês da mudança, então têm essa
12 preocupação. Com relação aos incentivos à carreira docente, não há dúvida, há uma
13 preocupação também muito grande por parte das três universidades. Em particular, há uma
14 preocupação que o reitor da USP tem manifestado com uma demanda muito grande de docentes
15 pedindo mudança de regime, saindo do RDIDP para o RTP, o RTC, o que certamente traz
16 impactos muito negativos para a pesquisa. Não precisam aqui reforçar a importância que as três
17 universidades têm do ponto de vista da pesquisa acadêmica no país como um todo. O Cruesp
18 está reunido pensando também nessa questão do incentivo à carreira docente, tanto quanto da
19 Carreira Paepe. Mas terão de caminhar nessa direção, acompanhando muito de perto qual vai
20 ser a tendência do orçamento, porque as incertezas ainda são muito elevadas, tanto no plano
21 doméstico quanto no plano internacional, como registra o informe. Diz que entendeu a demanda
22 do senhor Cláudio, mas lembra que os recursos já foram todos distribuídos para 2022. A questão
23 sobre os recursos a serem aportados para a progressão será uma matéria a ser tratada na PDO
24 para 2023. No Consu de dezembro terão todo o espaço para essa discussão dos recursos,
25 pensando não apenas na progressão Paepe e docente, mas também nas futuras contratações para
26 a Universidade. Assim como, evidentemente, as outras ações importantes para a sequência das
27 atividades administrativas, de docência e de pesquisa. O senhor THIAGO BALDINI DA
28 SILVA diz, sobre a preocupação da perda do ICMS, que 2022 tendia que a Universidade tivesse
29 um crescimento de arrecadação não somente nominal, mas um crescimento real também. Iriam
30 crescer acima da inflação, mas provavelmente isso vai deixá-los com o crescimento apenas
31 nominal, talvez um pequeno ganho real. Mas o ganho real que teriam em 2022 provavelmente
32 é o que está saindo com essa redução das alíquotas do ICMS. A Professora VERÓNICA
33 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ sugere que seja feita uma apresentação breve para o Conselho
34 Universitário de um balanço sobre o ganho para o crescimento da arrecadação, o potencial de
35 perdas pela nova regulamentação do ICMS, inflação *versus* crescimento. Seria interessante uma
36 avaliação, sabendo que toda avaliação nesse sentido tem um caráter não necessariamente
37 concreto, mas seria interessante terem ferramentas para futuras correções. Sentiu falta disso,
38 acha interessante que tenham isso em números, ver qual a visão que possuem quanto aos efeitos
39 que essa nova regulamentação de ICMS pode ter no poder aquisitivo da Universidade. Reitera
40 também a preocupação com os incentivos às carreiras Paepe e docente; entende que essa

1 discussão terá o seu espaço, mas é realmente importante para o futuro da Universidade. O
2 SENHOR PRESIDENTE diz, em relação a inflação e crescimento, que a Tabela 3 e os Gráficos
3 de 2 a 7 trazem exatamente a informação que a professora Verônica está sugerindo para a COP,
4 de comparação do crescimento já descontado dos índices. Utilizaram três índices: o IGP, da
5 Fundação Getúlio Vargas; o IPCA, que é o índice oficial do IBGE; e o IPC, da Fipe, ligada à
6 USP. Acompanham os dados utilizando os três indicadores, já comparando devidamente a
7 inflação, o crescimento da arrecadação em termos reais a partir desses deflatores. Sobre a
8 avaliação da perda, têm o tempo inteiro buscado analisar, mas a dinâmica muitas vezes dificulta
9 trazer informações mais precisas aqui. Já havia colocado nas reuniões anteriores, inclusive do
10 Conselho Universitário, que os preços administrados representam aproximadamente R\$40
11 bilhões na quota-parte do estado dentro do ICMS. Foi esse o dado de 2021, e o dado que estava
12 projetado para 2022, um pouco mais. Em cima disso, como as três universidades têm 9,57%,
13 arredondando fica alguma coisa em torno de R\$10 bilhões, e é em cima desses R\$10 bilhões
14 que estaria a perda de arrecadação na redução da alíquota de 25% para 17%, 18% para o
15 combustível, para energia elétrica, para o serviço de telecomunicações, que são diferentes. A
16 estimativa é uma perda de 1/4 disso, 25%; entretanto, tem havido também não só um
17 questionamento dessa redução, há uma judicialização sobre a redução das alíquotas, mas
18 também tem havido uma negociação dos governos dos estados – não só de São Paulo, outros
19 também – com a União no sentido de fazer uma contrapartida entre o que se está deixando de
20 arrecadar por conta dessa redução com o não pagamento dos juros da dívida dos estados junto
21 à União. Isso também os preocupa pelo fato de que, nesse caso, não possuem nenhuma
22 participação; a arrecadação da Universidade é exclusivamente sobre o ICMS, essa compensação
23 nos juros da dívida não a atinge. Não é à toa que os três reitores foram ao governo do estado
24 solicitar uma mudança sobre a base de incidência da arrecadação. As universidades possuem
25 os 9,57%, no caso da Unicamp os 2,1958% em cima da quota-parte do estado, então é sobre o
26 que é arrecadado em ICMS, descontada a transferência aos municípios, que é mais ou menos
27 75% dessa arrecadação total do ICMS, que é realizada a parte das universidades. O que
28 solicitaram ao governo de São Paulo foram duas mudanças: primeiro a ideia de que mudasse a
29 base de incidência, em vez de ser só ICMS, fosse toda a base de arrecadação, porque se amanhã
30 houver uma mudança do ICMS para qualquer outro imposto, entendem que São Paulo vai fazer
31 um esforço para não perder arrecadação, embora se mude o imposto a ser tratado. Com isso,
32 não teriam essa perda como se observa agora nessa compensação entre juros deixando de ser
33 pagos em função de queda de arrecadação. Outra demanda das três universidades foi de que
34 isso viesse para a Constituição paulista, porque assim não ficariam dependentes apenas de uma
35 lei orçamentária que todo ano é votada e aprovada, sobre esses 9,57%. Gostariam que isso fosse
36 constitucional. Então duas mudanças: de ir para a Constituição paulista e, ao mesmo tempo, a
37 mudança na base de incidência, exatamente o que acontece hoje com a Fapesp, que tem 1%
38 sobre o total da arrecadação e faz parte da Constituição. Isso daria uma estabilidade muito maior
39 à Universidade, inclusive de planejamento, o que é fundamental para as atividades que exercem
40 as três universidades, não apenas administrativas, de docência, mas de pesquisa. Então há uma

1 preocupação, isso tem sido uma demanda e esperam que possa ser atendida em algum momento.
2 Enquanto isso, terão de sobreviver com esse sobressalto, do ponto de vista não apenas do nível
3 de atividade, mas também de mudanças nas alíquotas sobre alguns itens essenciais do imposto.
4 Lembrando que não são só esses preços administrados, também está havendo uma certa revisão
5 de ICMS para uma cesta de produtos. Estão acompanhando tudo isso de perto, junto com as
6 demais universidades, mas uma previsão qualificada acaba sendo prejudicada exatamente por
7 essas incertezas, inclusive no campo jurídico. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que
8 o professor Fernando mencionou que já está sendo paga a progressão 2022 para os
9 contemplados. Mas pergunta se a CIDF ou outra instância da Universidade poderia discutir a
10 possibilidade de ter essa diferença dos R\$200 milhões aplicada nos processos deferidos e ser
11 uma nova folha de pagamento em outubro. O SENHOR PRESIDENTE responde que quem
12 define o orçamento da Universidade é o Conselho Universitário, e na reunião de dezembro de
13 2021 foram determinados 0,8% para a Progressão Paepe, 0,7% para a progressão docente e
14 0,2% para as carreiras especiais. Esses recursos estão sendo devidamente aplicados nas
15 progressões das carreiras e o processo de progressão de carreira permanece para 2023. Vão
16 voltar a esse assunto na aprovação da PDO, quando discutirão os novos percentuais e quais são
17 os valores em cima da previsão, que é feita pela Secretaria da Fazenda. Qual é a previsão, em
18 cima de tudo o que estão discutindo nessa reunião, com essas incertezas todas no cenário, do
19 que vai ser sinalizado do ponto de vista da arrecadação. Vão soberanamente dentro do
20 Conselho Universitário decidir os recursos que querem alocar para a progressão, como terão de
21 alocar recursos para contratações, reposição e outras atividades da Universidade. Isso vai ser
22 devidamente tratado no seu momento, e o fórum para isso é o Conselho Universitário na
23 definição da PDO 2023. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI cumprimenta a
24 Aeplan e a PRDU pela revisão e saúda o instrumento da revisão orçamentária, que sempre é
25 interessante acompanhar. A primeira coisa que pergunta é algo que o professor Fernando
26 mencionou, um detalhamento maior do encontro com o governador, sobre o qual leu na página
27 da Unicamp, a propósito dessa questão de fundo que os tornaria um pouco mais protegidos,
28 tanto a constitucionalização quanto a vinculação à receita total. Estão vendo vários exemplos
29 de como, evidentemente, o governo do estado vai proteger a receita toda, ele vai despender mais
30 esforços políticos para compensar a queda de receita, como aliás foi com a lei complementar
31 173. Foi muito claro isso porque houve cortes e a compensação veio de outras formas. A
32 segunda coisa é sobre o cenário geral, de tomar o momento atual como parâmetro para decisões
33 ou perspectivas etc. O Brasil, acha que de uma maneira que nunca aconteceu, está dando uma
34 inflada muito descarada nos números de agora, não é nem do ano de 2022, mas dos meses que
35 faltam para a eleição, provavelmente à custa dos números do ano que vem. Pelo menos esse é
36 o cenário que está sendo apresentado por muitos. Mas os sinais disso, pelo menos no que se
37 refere à receita, não são todos na mesma direção; há uma queda importante da inflação agora.
38 Se isso vai se transformar em uma inflação muito mais alta no ano que vem, o cenário é esse
39 que está nas previsões, de uma desinflação no ano que vem bem mais baixa do que se poderia
40 se imaginar, mas certamente crescimento é isso: tem uma aceleração do crescimento agora, que

1 é meio esperado em período eleitoral, mas isso do ponto de vista das contas etc. deve
2 comprometer para o ano que vem. Essas isenções de tributos, particularmente do ICMS,
3 também; isso pode ser recomposto no período seguinte até pela questão da judicialização.
4 Então, de fato, devem acompanhar isso com lupa, e vendo o saldo líquido. Se entendeu bem, e
5 acha que isso é inequívoco do que o senhor Thiago falou, até agora o saldo continua positivo
6 para a Universidade, acima da previsão inicial, a despeito desse corte do ICMS que ainda
7 apresentará efeitos até o restante do ano. Nesse sentido, tem uma dúvida muito pontual: antes
8 da questão do ICMS, houve um movimento, alguns meses atrás, por parte do governo federal,
9 em relação aos precatórios, e que acaba impactando aqui nas despesas de precatórios. O
10 movimento foi pagar algo como 20% da conta total do governo federal com precatórios, que é
11 justamente a judicialização, pois precatório é um tipo de sentença que tem de pagar, e o governo
12 falou que iriam priorizar algumas. Isso certamente, para as despesas federais, com o objetivo
13 de abrir espaço para gastos como auxílio e outras despesas, o que significou para o governo
14 federal uma redução muito forte no que tinha a pagar. No entanto, pergunta se para a
15 Universidade isso aumenta mais esse ano para pagar menos o ano que vem, e se não há nada
16 no tipo de precatórios e sentenças da Universidade que possam deixar para mais à frente. Não
17 sabe se o senhor Thiago tem esses detalhes, isso deve ser uma questão jurídica grande, embora
18 o valor não seja tão grande assim. Achou curioso que o efeito da mudança na legislação, que
19 foi muito criticada por especialistas em política fiscal até pela insegurança jurídica que provoca,
20 é toda no sentido de que muitas pessoas que tinham precatório para receber este ano só
21 receberão lá para frente. O que vai, na verdade, engordar as despesas com precatórios dos
22 próximos períodos. No caso do orçamento da Unicamp, pergunta se é o contrário disso e se o
23 senhor Thiago tem alguma pista de por que isso acontece, se é pelo tipo de sentença que a
24 Universidade tem. O SENHOR PRESIDENTE, respondendo ao professor André, diz que sobre
25 a base de incidência e a institucionalização é isso mesmo que ele comentou, há essa
26 preocupação mesmo de mudança. Lembra que estão falando da base de incidência e também
27 da quota-parte. Além do ICMS, entram o IPVA e outros impostos, mas sempre a parte do
28 estado, que é exatamente o que acontece com a Fapesp. Em relação ao crescimento, estão
29 trabalhando em cima do que tem sido previsto pelo próprio Banco Central, uma taxa muito
30 baixa. Olhando também para São Paulo, porque para a Universidade é mais importante tomar
31 como parâmetro crescimento previsto para São Paulo do que para o Brasil. Mas com juros a
32 13,75%, o mercado tem efeito exatamente o que o professor André apontou: alguma melhora
33 nos índices para o final do ano de 2022 e uma piora nos números para 2023. Então precisam
34 olhar tanto para agora, quanto para a frente. Em relação ao saldo, é isso mesmo, por conta de
35 trazerem, como o senhor Thiago bem detalhou aqui, uma revisão importante tanto nas receitas
36 quanto nas despesas, em termos de variação de receita, sobretudo por essa revisão da Secretaria
37 da Fazenda. Estão falando de uma variação de R\$331 milhões em receita para uma variação de
38 despesas de R\$264 milhões. Isso faz com que uma previsão anterior de déficit de R\$152
39 milhões, quando consideravam também as despesas já aprovadas de exercícios anteriores, que
40 estão no Grupo X, se torne um superávit de R\$68 milhões. Então, se consideram apenas o saldo

1 do exercício 2022, desconsiderando as despesas já compromissadas, o superávit vai para R\$258
2 milhões. O que mudou, basicamente, não foram nem tanto as despesas, porque elas variaram
3 muito pouco; foi muito mais, realmente, a revisão orçamentária que já imaginavam, até pelo
4 fluxo financeiro que vinha acontecendo de janeiro a julho, mas esperavam essa dotação
5 orçamentária da Secretaria para poderem colocar oficialmente nos números. E imaginaram,
6 inclusive, que, como aconteceu em 2021, virá por parte da Secretaria uma nova revisão
7 orçamentária até o final do ano. Esta mostra um crescimento de 6,5%, e a previsão que a
8 Universidade tem, já descontadas as perdas com a redução das alíquotas, é em torno de 10%,
9 portanto imaginam que virá ainda mais uma autorização orçamentária além desses R\$200
10 milhões que a Universidade recebeu agora. Sobre precatórios, o que sabe é que os precatórios
11 da Universidade são basicamente em cima de ações trabalhistas, não sabe como entram nesse
12 cômputo do ponto de vista federal, que era um precatório de várias naturezas, então acha que
13 são dinâmicas muito diferentes. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que talvez fosse
14 bom solicitar à PG na reunião da CAD e do Consu que explique melhor a questão dos
15 precatórios. A Universidade sempre optou por pagar todos os precatórios; existe uma lei, que
16 lhe parece que a Unesp utiliza, de que um percentual da sua arrecadação é obrigatório pagar em
17 precatório, e se passar desse percentual, esses precatórios são jogados para os anos seguintes,
18 que é, mais ou menos, o que os estados e o governo federal fazem. A Unicamp sempre optou
19 por, assim que julgado, efetuar o pagamento, por isso acha que essa lei acaba não a atingindo.
20 Com a aprovação da lei dos precatórios, a ideia do governo federal foi fazer um enxugamento,
21 e então criou esses prioritários. Então, só pode ser pago qualquer um dos precatórios após pagar
22 esses prioritários, que englobam não somente os de 2022, mas vão buscar quem tem prioritários
23 na lista. Portanto, quem não é prioritário está ficando de fora. O que a Unicamp fez, acredita
24 que mais por escolha própria, é pagar todos a quem deve no ano, então até por isso estão
25 antecipando. Esses prioritários acabam vindo para 2022, e acabam precisando executá-los, pois
26 se não os executarem antes tem multa, mas mantêm o compromisso de pagar todos os
27 precatórios. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a
28 segunda revisão do orçamento, que é aprovada por unanimidade. Agradece aos membros da
29 COP e ao senhor Thiago pela exposição detalhada, pelo cuidado que a Aeplan tem na
30 elaboração do relatório, com isso trazendo informações não apenas aqui para a COP, mas para
31 a Universidade como um todo, dando muita transparência aos números da Universidade. Passa
32 ao item 02 – 01-P-18408/2017 –, que trata de alterações na Tabela de Gratificações de
33 Representação, para inclusão de uma GR de Coordenador de Programa de Pós-Graduação para
34 a FE e uma GR de Coordenador de Assistência Hospitalar para o Caism. Lembra que aprovaram
35 no Conselho Universitário que, quando uma unidade tivesse mais de um programa de pós-
36 graduação, seria possível separar a coordenação geral da pós-graduação da coordenação de
37 programas. É exatamente o caso que se aplica à Faculdade de Educação. E o segundo caso é a
38 GR de coordenador de assistência hospitalar para o Caism, que já havia sido aprovada
39 inicialmente como célula de trabalho. Já constava do organograma quando da certificação, mas
40 não pôde ser implementada porque a certificação ocorreu durante a vigência da lei

1 complementar 173. Aprovaram no Conselho Universitário a possibilidade de irem fazendo
2 essas modificações na tabela de gratificações com o compromisso de que isso seria sempre
3 aprovado aqui na COP e, depois, no Conselho Universitário. Consulta se há alguma questão
4 sobre essas duas gratificações, do Caism quanto da Faculdade de Educação. Não havendo,
5 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar na
6 Ordem do Dia, abre a palavra para o Expediente. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz
7 que vem solicitando, em reuniões de COP e Cepe, o adiantamento do décimo terceiro, e o
8 pagamento ocorreu hoje. Agradece à Reitoria por entender a situação atual dos funcionários, e
9 acredita que até dos docentes, porque essa parcela foi muito bem-vinda. O SENHOR
10 PRESIDENTE diz que essa sempre foi uma demanda de alguns servidores, inclusive uma parte
11 do sindicato, e tem sido já uma prática adotada pelas universidades. Nada mais havendo a tratar,
12 eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores
13 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 25
14 de agosto de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 154ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 27
de outubro de 2022, sem alterações.*